

AS FRONTEIRAS DA FRONTEIRA E A EXPRESSÃO DA MULTITRANSTERRITORIALIDADE ACREANA

THE FRONTIERS OF THE FRONTIER AND EXPRESSION OF MULTITRANSTERRITORIALITY ACREANA

LAS FRONTERAS DE LA FRONTERA Y EXPRESIÓN DE MULTITRANSTERRITORIALITY ACREANA

CLEILTON SAMPAIO DE FARIAS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC
Líder do grupo de pesquisa “Relações Sociais e educação – RESOE”

E-mail: cleilton.farias@ifac.edu.br

SILVIO SIMIONE DA SILVA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Acre

E-mail: ssimione@gamil.com

Resumo: Neste artigo, procurou-se inicialmente, situar o Acre no contexto da questão agrária brasileira, através da análise da dinâmica da fronteira e, por fim, articular as fases da fronteira (fronteiras interpretativas da fronteira) com a formação da multitrans territorialidade acreana com a discussão da nova fase/face da fronteira econômica com a inserção do agronegócio florestal. Para tanto, desenvolveu-se na primeira parte do texto uma análise sobre conceitos e concepções de frente/fronteira relacionadas com o movimento de articulação do capital em nível nacional e seus desdobramentos no espaço acreano e a formação das territorialidades seringueira e fazendeira e, na segunda parte, apresentam-se as implicações das frentes/fronteiras na formação da multitrans territorialidade acreana. Como metodologia utilizou-se o método qualitativo através do procedimento de revisão bibliográfica. Em vista de tudo, percebeu-se que a fronteira econômica acreana proporcionou as situações de maiores contradições na produção do espaço rural em suas duas frentes pioneiras e suas respectivas territorialidades, que, nesse caso, são marcadas na história e perpetuadas no território, através da multitrans territorialidade acreana expressada na atualidade pelo agronegócio florestal, dentre outras formas.

Palavras - chave: frente, fronteira, multitrans territorialidade, Acre.

Abstract: In this article, I tried to initially place the Acre in the context of the Brazilian agrarian question through the border dynamics analysis and finally, articulate the stages of border (interpretative boundaries of the border) with the formation of Acre multitrans territorialida-

de with the discussion of the new phase / face of the economic border with the inclusion of forestry agribusiness. To this end, developed in the first part of the analysis of concepts and conceptions of forward / border-related capital joint movement at the national level and its development in Acre space and the formation of rubber and farmer territoriality and in the second part presents the implications of fronts y frontiers in the formation of Acre multi-territoriality. The methodology we used the qualitative method through literature review procedure. In view of all, it was realized that Acre economic frontier provided the situations of major contradictions in the production of the countryside in his two pioneer fronts and their territoriality, which in this case are marked in history and perpetuated the territory through Acre multiterritoriality expressed today by forestry agribusiness, among other ways.

Keywords: front, frontier, multiterritoriality, Acre.

Resumen: En este artículo, he tratado de colocar inicialmente el Acre, en el contexto de la cuestión agraria brasileña a través del análisis de la dinámica de la frontera y, por último, articular las etapas de la frontera (límites interpretativos de la frontera) con la formación de multiterritorialidad Acre con la discusión de la nueva fase / la cara de la frontera económica con la inclusión de la agroindustria forestal. Para ello, se desarrolló en la primera parte del análisis de los conceptos y concepciones de / capital de movimiento de la articulación hacia adelante relacionado con la frontera a nivel nacional y su desarrollo en el espacio Acre y la formación de goma y agricultor territorialidad y en el segundo parte presenta las implicaciones de frentes / límites en la formación de multiterritorialidad Acre. La metodología que utilizó el método cualitativo a través de procedimiento de revisión de la literatura. En vista de todo, se dio cuenta de que Acre frontera económica proporcionó las situaciones de grandes contradicciones en la producción del campo en sus dos frentes pioneros y su territorialidad, que en este caso están marcados en la historia y se perpetúa el territorio a través de multiterritorialidad Acre ha expresado hoy por la agroindustria forestal, entre otras formas.

Palabras - clave: frente, de frontera, multiterritorialidad, Acre.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes¹ permitem indicar que, ainda nas décadas de 1970 e 1980, a ocupação de áreas de fronteiras econômicas se constituiu numa das principais formas de avanço do capitalismo no campo e, por consequência, produtora de elementos da dinâmica da questão agrária brasileira. Não por acaso, o Acre nasceu da dinâmica da fronteira econômica do século XIX, tendo suas terras rearticuladas no plano político a partir da fixação de limites internacionais do Brasil com a Bolívia e com o Peru. No entanto, foi somente em meados do século XX, diante da rearticulação do capital na fronteira econômica, com a inserção da agropecuária, que se consolidaram a economia e a sociedade acreana em torno de sua multiterritorialidade.

¹ Referimos entre outros a: SILVA [Ferreira da], 1982; SILVA [Graziano da], 1990; SILVA [Simione da], 2003; MARTINS, 1975, 1997; GONÇALVES, 2001; PAULA, 2005.

Tal característica é, ainda hoje, condição fundamental, pois quase todo o território acreano está na faixa de “fronteira política”, ao passo que o processo de produção do espaço estadual é marcado, quase sempre, pelas novas possibilidades de articulação econômica de uso do território como “fronteira econômica”. Isso mostra o quanto a condição de ser/estar na fronteira política e econômica ainda está presente no cotidiano da realidade vivida multitransterritorial. Situações estas que, em grande parte, são compartilhadas pelos vizinhos territórios bolivianos e peruanos.

Nesse sentido, a condição de estar na fronteira, fixar bases onde se separa de seus vizinhos, num plano externo, mas se une em outro plano interno pode ser a base da formação multitransterritorial. Assim, compreender as dinâmicas ocasionadas das “frentes”, como componentes formadoras da fronteira, é um caminho para entender a multitransterritorialidade acreana.

Sendo assim, busca-se inicialmente situar o Acre no contexto da questão agrária brasileira, através da análise da dinâmica da fronteira e, por fim, articular as fases da fronteira (fronteiras interpretativas da fronteira) com a formação da multitransterritorialidade acreana com a discussão da nova fase/face da fronteira econômica com a inserção do agronegócio florestal.

Para tanto, desenvolveu-se na primeira parte do texto uma análise sobre conceitos e concepções de frente/fronteira relacionadas com o movimento de articulação do capital em nível nacional e seus desdobramentos no espaço acreano e a formação das territorialidades seringueira e fazendeira e, na segunda parte, apresentam-se as implicações das frentes/fronteiras na formação da multitransterritorialidade acreana. Como metodologia utilizou-se o método qualitativo através do procedimento de revisão bibliográfica.

AS “FRONTEIRAS” DA “FRONTEIRA”

Para nós, geógrafos, a discussão acerca dos significados, aplicações e representações do termo “fronteira” é muito ampla e importante. Há muito tempo, o termo já era usado numa concepção política, para se referir ao espaço proveniente da divisão entre países. Mais recente, passou a ser usado para expressar uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográficos e, também, referido como o lugar proveniente de mudanças socioespaciais de caráter econômico.

O historiador norte-americano Frederick Jackson Turner afirmou que o significado da fronteira na história americana, ou seja, o “Oeste” passa por uma evolução social, amálgama de raças, miscigenação. No caso americano, a fronteira proporcionou o crescimento do nacionalismo, a evolução das instituições políticas e o seu principal legado foi a formação da democracia americana (KNAUSS, 2004).

O estudo de Turner sobre o “Oeste” americano foi uma das principais obras teóricas que exprimiu a fronteira como fenômeno importante para a formação de uma nação, desde o desenvolvimento da população, da conquista do território e da formação de um governo

soberano. De certa forma, houve forte influência desse estudo nos teóricos brasileiros como Gilberto Freyre (1947), Sérgio Buarque de Holanda (1945, 1957, 1973) e Cassiano Ricardo (1970). Todos eles fizeram interpretações similares à de Turner na formação social e territorial do Brasil.

No entanto, na eminente política do governo de Vargas de efetivar no território brasileiro um movimento intitulado “marcha para oeste”, como uma tentativa de forjar uma dinâmica similar aos acontecimentos da fronteira americana, coube ao geógrafo Leo H. Waibel (1955) a diferenciação de significados entre o termo pioneiro, fronteira e zona pioneira.

A expressão “pioneiro” é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “bate-dor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização e que, por isso, promove o deslocamento da “*frontier*” sertão adentro. [...] Na Europa, a palavra “*frontier*” significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona Waibel (1955) deu o nome de zona pioneira (WAIBEL, 1955, p. 04).

Conforme Waibel (1955, p. 05) haveria duas áreas para se distinguir: a fronteira demográfica, que é o avanço populacional sobre a mata virgem com a formação de uma nova zona povoada e, que, por isso, também é conhecida por zona pioneira e a fronteira econômica, que é a zona onde as atividades econômicas e a sociedade já se encontram consolidada. Ou seja, a primeira (fronteira demográfica) limita o sertão com a mata virgem para oeste, já a segunda (fronteira econômica) separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada.

Diferente de Waibel (1955), Martins (1982, p. 75) não concordou que a área de expansão seja chamada de zona pioneira. Na verdade, já não é mais pioneira porque esse movimento intitulado de “civilizador” é posterior ao indígena. Para ele, as “zonas” referidas por Waibel são na verdade “frentes”, então, a dinâmica “civilizadora” de expansão demográfica sertão adentro ocasionada por pequenos agricultores e posseiros, pode ser chamada de “frente de expansão”. A “frente pioneira” ocorre posterior à expansão e é pioneira nas formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas ao capitalismo.

Segundo Martins (1982) após a frente de expansão, um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado.

É nessa frente que surge o que em nosso país se chama indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros nas formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa *frente pioneira* é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho (MARTINS, 1982, p. 75, grifo do autor).

Com isso, a “frente de expansão”, que analogicamente é o movimento demográfico de formação do “sertão” ou fronteira de Turner, é para Martins (1982) o movimento de formação da “fronteira demográfica”. Isso, enquanto que a “frente pioneira” é o movimento civilizador do espaço com a implantação dos aspectos econômicos, culturais e sociais, formando a “fronteira econômica”.

Nota-se, então, que a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica. “A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada, não constitui basicamente uma frente pioneira e não constitui basicamente porque sua vida não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado” (MARTINS, 1975, p. 45).

Para Martins (1982, p. 86) a dinâmica da fronteira se processa da seguinte forma: 1) deslocamento de contingente populacional expropriado para a região; 2) expulsão de lavradores e trabalhadores rurais do local e 3) territorialização da grande empresa capitalista.

Depreende-se que a expansão demográfica ocorre vinculada a fatores econômicos gerados no âmbito da fronteira que tende a se expandir. Sendo assim, a fronteira demográfica aparece, primeiro, movida pelas “gentes” marginalizadas do processo econômico que deixa de ser novidade, gerador de oportunidades. Por isso, retoma-se o movimento para novos espaços através da frente de expansão.

A frente de expansão se integra com a economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido em espaços econômicos já integrados e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista (MARTINS, 1975, p. 46), mas ainda não é a implantação da lógica capitalista totalmente territorializada no lugar, ou seja, não é a frente pioneira.

Assim, os conceitos de Martins (1982) parecem ser os mais apropriados para explicar os fenômenos demográficos e econômicos na formação da multitransterritorialidade acreana, por isso, serão tomados como referencial neste trabalho. Portanto, “frente de expansão” é o movimento demográfico de formação espontâneo ou fronteira demográfica e a “frente pioneira” é o movimento do capital na formação que se institucionaliza ou fronteira econômica. Ambos os movimentos comportam a lógica totalizante da fronteira em temporalidade diversa que se localizam num espaço.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas ocasionadas destas frentes/fronteiras, como componentes formadores da fronteira, é um caminho para entender a multitransterritorialidade acreana.

A FRENTE PIONEIRA EXTRATIVA E O PRIMEIRO MOMENTO DA FRONTEIRA ECONÔMICA: A TERRITORIALIDADE SERINGUEIRA

A inserção do Acre na fronteira brasileira no século XIX se fez, inicialmente, pela introdução da região na divisão internacional do trabalho e da produção. Esta inserção se deu inicialmente com a formação de uma área fornecedora de matéria-prima para a indústria em centros desenvolvidos da Europa e EUA.

Cabia ao lugar, que se tornaria o território acreano, fornecer a borracha extraída da floresta nativa à custa do deslocamento da “mão de obra” assalariada brasileira, vinda do nordeste e respondendo à dinâmica do capital industrial. Cabe enfatizar que o Acre não era ainda Brasil, nem Bolívia ou Peru, mas se inseria no âmbito limítrofe da perspectiva expansionista do país, perante a lógica de resposta à inserção brasileira no circuito do capitalismo mundial. Nessa conjuntura, a condição de ser fronteira sobressai. Mas, trazendo sempre no seu interior estas outras características que deram conteúdo a questão agrária regional, na maior parte do século XX.

A expansão capitalista, com o empreendimento extrativista e suas instituições, sobrepôs diretamente à formação da população nativa. Como o movimento populacional para esta região não foi espontâneo nem, tampouco, movido por agricultores “camponeses” expropriados de outras regiões, não há, portanto, uma frente de expansão/fronteira demográfica, como tratado anteriormente. Há sim, uma frente pioneira/fronteira econômica, que se impõe diretamente sobre territórios indígenas.

A frente pioneira extrativista vinculou-se ao circuito econômico industrial internacional do fim do século XIX, caracterizando-se pelo expansionismo no “desbravamento” da região. Como consequência, proporcionou a formação demográfica do território acreano por forças de pessoas que se deslocaram para o extremo Oeste do Brasil na condição de mão de obra para o trabalho extrativo. Isso se apresenta como expressão da mobilidade da força de trabalho em resposta à mobilidade de capital, que ocorria no interior do Continente Sulamericano. Tais mudanças inseridas na fronteira terão reflexos nas dinâmicas populacionais e espaciais.

Como a economia da borracha era baseada na extração da *hévea brasiliensis* nos seringais nativos da Amazônia, na sua forma extensiva, a primeira expressão da territorialidade seringueira é a concentração da propriedade da terra. Isso, considerando a forma de reprodução do sistema seringal em grandes extensões de terra que, em síntese, era um latifúndio e estaria ligada ao seringalista - uma forma de latifundiário². Com isso, no início da ocupação territorial, a terra já se encontrava monopolizada/concentrada e isso acarretou a base fundamental para a exploração do trabalho e, como consequência, para a concentração de renda.

² [...] A grande propriedade era o tipo dominante, caracterizando o que hoje chamamos de “latifúndio”; porém, aqui também cabe ressaltar: os seringais tinham em geral, tamanhos relativamente grandes, mas na fase áurea da borracha constituía-se em propriedades produtivas (para os padrões exigidos). Portanto, nesta fase se assim caracterizarmos, deve-se considerá-los latifúndios por “dimensões”; estas propriedades tornam-se improdutivas com a gradativa decadência da economia extrativista da borracha ao longo do século XX (SILVA, 2003, p. 91).

A economia da borracha atingiu o auge em 1912, com uma produção de 42.410 toneladas. No entanto, no ano de 1913, a produção de borracha nativa entrou em decadência após a quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial, com a concorrência da produção de outras regiões mundiais.

Influenciada pela diminuição da extração, graças à concorrência da borracha asiática, a produção amazônica chegou ao fracasso quase total em 1930 com uma produção de 17.131 toneladas de borracha, contra 800.808 toneladas de borrachas asiáticas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreram novas tentativas de retomada da produção; no entanto, seus benefícios duraram apenas poucos anos. Foram influenciados pelos Acordos de Washington, só que, desta vez, o ciclo da borracha durou menos tempo. Foi, na verdade, uma “estratégia econômica de guerra”, tendo o seu auge de 1942 a 1945; a partir de então, veio mais uma vez a estagnação e a decadência. Mesmo assim, muitos seringueiros permaneceram nos seringais até chegar à década de 1980. Nesse momento, praticamente se extingue a economia da borracha na região e se inicia a nova fase da/na fronteira.

Esta nova fase da/na fronteira acreana por conta de sua territorialidade firma-se com o grau de decadência da produção de borracha e de seu mercado e com a implantação e fortalecimento de práticas agropecuárias. Os seringalistas vendem as vastas áreas para os pecuaristas que se voltam ao uso do solo na formação de pastagens. Assim, parte da floresta vai sendo derrubada, embora ela continuasse sendo habitada pelos seringueiros. Por isso, há a luta dos seringueiros pela floresta enquanto seu território de vivência. Tal situação passa a ser uma barreira contra o desenvolvimento das forças produtivas centro-sulistas que começavam a se territorializar, em meados da década de 70 do século XX.

A FRENTE PIONEIRA AGROPECUÁRIA E O SEGUNDO MOMENTO DA FRONTEIRA ECONÔMICA: A TERRITORIALIDADE FAZENDEIRA

Por volta da década de 70 do século XX, aconteceu a rearticulação do capital no território acreano, transformando a sociedade, a economia e a política. Foi a caminhada da frente pioneira agropecuária e a formação da nova fase da fronteira econômica no estado.

A fronteira agropecuária, mais recente, configura-se numa frente pioneira que “propõem” novas formas e condições de trabalho e produção, readequando-se aos novos momentos do capitalismo na sua territorialização em nível nacional. Impôs transformações tanto no caráter de produção, como sociocultural e socioeconômico. Por “propor” novas formas de produção e trabalho, numa visão do “novo” quebra como o arranjo espacial da fase extrativista, no campo e na cidade. Nisto reside às raízes e abrangência dos conflitos produzidos (SILVA, 2004, p. 43).

A compra das terras dos seringais acrianos por empresários do Centro-Sul do país, no início da década de 1970, instaurou um mundo de violência nos seringais. Isso porque a inserção da agropecuária na floresta discordava com a matriz de uso do solo para o extrativismo, forçando a finalização do sistema tradicional da economia extrativa em bases florestais.

A abertura mercadológica da terra gera outro problema: o conflito com as famílias de seringueiros que já viviam como posseiro no interior dos seringais. Eles não seriam diretamente remanejados para outra atividade nem, tampouco, absorvidos em sua maioria pela agropecuária. Dessa forma, o novo dono da terra se incumbiria de “limpá-la” dos resquícios do seringal. Essas limpezas aconteceram por duas formas: via indenização ou por uso da violência³. Ambos geraram a expropriação de muitas famílias.

A mudança territorial do seringal (floresta) para a agropecuária (fazenda) se processava em três fases: 1) A “limpeza” da floresta; 2) A “limpeza” da mão de obra extrativista (posseiro) e; 3) O plantio do capim.

Esse processo de desfazer a velha territorialização do seringal, para uma nova territorialização da fazenda, desencadeou uma série de ações violentas contra os seringueiros remanescentes. “Desimpedir a área da presença incômoda de seringueiros e pequenos posseiros passou a ser uma operação prioritária” (SILVA, 1982, p. 32).

Os seringueiros, temendo o fim do seu modo de vida com o fim dos seringais, passaram a se articular em movimentos sociais. A partir de 1975 começaram a surgir os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's. Na década seguinte, outras organizações surgiram, como é o caso do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. Nessa época, surge Chico Mendes, o principal protetor do modo de vida seringueiro, que se fazia em harmonia com a floresta. Foi justamente no seio da resistência criada por essa liderança na cidade de Xapuri com as estratégias dos tão poderosos “empates”⁴ que se gestou o que seria no futuro a esperança dos seringueiros: as Reservas Extrativistas – RESEX, que foi uma forma de Reforma Agrária seringueira (PAULA, 2006, p. 118).

[...] A liderança de Chico Mendes conseguiu projetar a luta dos seringueiros para muito além dos limites políticos nacionais e de seus significados sociais. A sua morte fora uma tentativa de silenciar o movimento, atingindo a maior expressão das lideranças, inclusive reconhecida internacionalmente. Na verdade o impacto negativo na opinião pública mundial forçou ações imediatas como o reconhecimento das RESEX's, a prisão dos assassinos e a viabilização de vários projetos que poderiam ter promovido melhorias efetivas na vida dos camponeses florestais, sobretudo, acreanos ou, ao menos, xapurienses (SILVA, 2006, 167).

Não bastassem os problemas acarretados no espaço agrário acreano que provocou, entre outras coisas, a forte mobilidade da população, os reflexos da frente pioneira agropecuária se transmutaram para as questões urbanas na capital acriana, como consequência do forte êxodo rural e dos muitos conflitos. Na cidade de Rio Branco, o assassinato do líder sindical João Eduardo, em 1981, demonstrou que os conflitos agrários se refletiam também nas questões da terra para moradia urbana.

³ Os métodos de expulsão utilizados contra os posseiros foram os mais diversos, desde a compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou troca por lotes, de área inferior ao módulo oficial, à destruição de plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçados, obstrução de caminhos e varadouros, espancamentos e assassinatos.

⁴ Empate vem de empatar, ou seja, uma forma de resistência dos seringueiros contra o usurpador do seu território, os “paulistas”, ou seja, a oposição do seringueiro contra o fazendeiro (PAULA, 2006, p. 112).

Nas últimas décadas do século XX, a principal forma de ampliação e surgimento de novos bairros em Rio Branco era por meio de ocupações populares, resultado da luta pela terra de moradia. Assim, a população do município de Rio Branco que, até a década de 1970, era predominante rural (SILVA, 2003), na década de 1980 passa ser predominantemente urbana.

Em suma, pode-se dizer que as duas primeiras fases da fronteira econômica acreana (extrativismo e da agropecuária) produziram espaços econômicos e de desenvolvimentos para o capital, mas também, territorialidades diferentes. Dados considerando que estes pontos da caracterização agrária acreana permanecem, chegamos agora em condições de pensar sobre qual é a face da fronteira econômica atual no Acre, ou seja, como essas territorialidades se articulam atualmente.

A FASE ATUAL DA FRONTEIRA ECONÔMICA COM O AGRONEGÓCIO FLORESTAL: A FACE DA MULTITRANSTERRITORIALIDADE?

O território como a expressão territorializada do poder (RAFFESTIN, 1993) se manifesta pela forma pela qual foi formado/organizado, que corresponde a sua territorialidade. Mas, a própria territorialidade, como um senso de exclusividade ou compartimentação do vivido, é moldada pelas características exclusivas que compartilha certa coletividade e que se exterioriza através de símbolos, ou seja, símbolos da identidade. No caso do Acre, esses símbolos estão ligados ao extrativismos/seringueiros e a agropecuária/fazenda.

“A identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais” (SOUZA; PEDON, 2007, p. 135). É dessa forma que se relaciona o território, a territorialidade e a identidade territorial seja do ponto de vista do seringal ou da fazenda.

Haesbaert (1997, p. 46) esclarece que as identidades sociais são produzidas como representações simbólicas da realidade visando a um reconhecimento social da diferença. Em alguns casos, considerando o território como produto das relações sociais no decorrer de um tempo histórico expresso na materialidade e em símbolos, “a simbolização significa então concebê-lo num processo de apropriação social [...] que tem a sua própria eficácia, ou seja, um “poder simbólico” que, em parte, acaba forjando as identidades territoriais” (HAESBAERT, 1997, p. 49 - 50).

O poder simbólico, invisível por essência, permite obter os mesmos benefícios daquilo que é obtido com o uso da força ou poder coercitivo, por isso se apresenta irreconhecível, sem a distinção daquele que o exerce, mas, mesmo assim, forma uma rede de aspectos – símbolos e representações – que espalhados pelo território permitem constituir a identidade territorial (HAESBAERT, 1997, p. 50).

A identidade territorial acreana foi, ao longo do tempo e espaço de territorialização das atividades econômicas (fronteira econômicas e suas frentes) que apontamos ser o principal

componente de formação do território, sendo formada pelos atributos internos de cada indivíduo no momento da territorialização, mais os valores e símbolos construídos e adicionados no percurso temporal.

Há de se destacar dois períodos no processo: o ponto inicial e sua carga anterior e o percurso com o andamento do processo, ou seja, o movimento de sua constituição e as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história, que define o status ontológico desse processo de formação da identidade e da expressão das territorialidades seringueira e fazendeira.

O ponto inicial de formação da identidade acreana ocorreu com a territorialização da produção de borracha a partir do látex nativo da seringueira. Com a decadência desta atividade por volta da década de 40 do século XX acarretada pelo cultivo racionalizado nos seringais de cultivo nas colônias inglesas na Ásia, muda-se a estrutura econômica regional com a inserção ou territorialização da agropecuária e como consequência também se muda os aspectos socioculturais.

Se por um lado, muda-se a atividade econômica que estruturava o território, por outro, os atores permanecem com sua identidade forjada anteriormente, que constituía os fundamentos da sociedade desterritorializada. Como enfatiza Haesbaert (2007, p. 19) [...] “muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, [...], estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial”.

A multiterritorialidade eminente se expressará na diversidade material e simbólica no novo tempo, permanecendo aspectos estruturantes e esculturantes da territorialidade anterior mais os aspectos da nova territorialidade e, por fim, os aspectos transculturais ou híbridos.

A multiterritorialidade implicar, assim, a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo T-D-R. Se por acaso a multiterritorialidade se manifesta com a ênfase no *estar-entre*, no efetivamente híbrido, produzido *através* dessas distintas territorialidades, o melhor termo para designar este processo é a transterritorialidade. Para Haesbaert e Mondardo (2010, p. 35):

Transterritorialidade, assim, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida. Destaca-se a própria *transição*, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de “trânsito”, movimento e do próprio “atravessamento” e imbricação territorial – não um simples *passar por* mas um *estar-entre*.

Então, as referências simbólicas dos territórios e territorialidades seringueira e fazendeira vivenciadas nos primeiros tempos da fronteira acreana, construíram a multitransterritorialidade ou transterritorialidade que constitui o território acreano.

Um dos principais elementos que existia na territorialidade inicial e que permaneceu na nova identidade multitransterritorial era, sem dúvida, a alimentação. Grande parte dos

atributos e apetrechos que permeavam os gêneros alimentícios e a fabricação dos alimentos era fruto da carga cultural carregada pelos migrantes de sua região de origem para esta região, por exemplo, a fabricação de farinha de mandioca. A mandioca é uma espécie que já era cultivada pelos indígenas desde o início da colonização brasileira, mas, no entanto, a sua transformação em farinha é um benefício dos brancos.

Os primeiros habitantes da região eram, sobretudo, migrantes provenientes do nordeste do Brasil. Chegando nesta região, presos ao sistema de aviamento, sofreram a exploração do seringalista e ficaram impedidos de exercer parte de sua cultura em relação ao cultivo de certos alimentos no interior do seringal. Como o sistema de aviamento não era suficiente para fornecer todos os gêneros alimentícios necessários a dieta do seringueiro, parcialmente era concedido permissão para o cultivo nas horas de folga de produtos que não fizesse concorrência com os do barracão. Assim, era possível cultivar os “roçados”, com localização bem próxima ao “tapiri” do seringueiro para facilitar o trabalho, que em alguns casos era executado pela companheira do seringueiro que ficava em casa enquanto ele cortava “seringa”.

Nesses “roçados” eram privilegiadas aquelas espécies que serviam de base para a alimentação do seringueiro, por exemplo, a mandioca, que servia como alimento de diversas formas: cozida, para a fabricação de farinha e, também, para alimentar os pequenos animais da família como suínos e aves.

Assim, a mandioca fez parte do processo de transterritorialidade e multiterritorialidade, e, diante da desterritorialização/falência do seringal surgirá como a alternativa de consumo e renda para a população. O fato é que o processo de multiterritorialização/transterritorialização só ganhou força por volta da década de 70 do século XX, aí sim a agricultura passou a ser a principal atividade econômica despontando o extrativismo.

Considerando os limites tecnológicos e naturais que a região apresentava, a mandioca para a fabricação de farinha parecia, na época, uma alternativa econômica para a região. Com o passar do tempo, percebeu-se que a variedade de farinha produzida na região tinha um sabor inestimável entre as demais, considerada como a melhor da região, por isso, a produção despontou sendo considerada com uma “vantagem comparativa”.

No momento atual da fronteira acreana percebe-se que o contexto da multitransterritorialidade tem se aplicado mais fortemente, haja vista, as ações efetivas para o campo buscam relacionar as características da frente extrativa com as características da frente agropecuária.

Tem-se o redirecionamento na lógica produtiva sob a ótica de operacionalização pelo capitalismo, perante a ampliação para o agronegócio florestal (modernização da frente agropecuária) com a apropriação de critérios ambientalistas da frente extrativa e é nesse sentido que se manifesta a multitransterritorialidade acreana: por um lado, a ação modernizadora da agropecuária e, por outro, o aprofundamento de viés ecológico/ambiental/extrativo.

Esta expansão vem com o objetivo de integrar o Acre ao sistema produtivo nacional, voltado para a produção de *commodities*. Esse processo baseia-se em modelos que ligam

a agricultura com a indústria, criando um sistema de produção altamente competitivo no contexto da sustentabilidade ambiental.

Constitui, então, como uma nova fase na fronteira, sob a lógica de uma possível “frente técnico-ecológica”. Aqui o produto ainda é agropecuário (gado, milho, cana-de-açúcar) e agroflorestal (madeira). Mas a grande mudança está no sentido da mercadoria aí circulada. A mercantilização se faz de modo mais forte pela impregnação de caráter fictício da mercadoria como “produto verde”. Este surge como um fetiche que responde ao momento histórico de ser ecologicamente correto e sustentavelmente viável do ponto de vista econômico, como era apregoado na frente extrativa.

Portanto, é uma fase em que a fronteira está marcada pelo agronegócio, vinculando a expansão do “capitalismo verde” sobre territórios florestais. Neste mercado, tudo é verde: “boi verde”, “álcool verde”, “borracha verde”, entre outros. Por isso, pode-se falar de uma expansão agrícola/agropecuária/agroextrativista, sob “ecologização” da produção, como aquilo que seguramente podemos tratar como faces do “agronegócio verde” na Amazônia ou face da multitransterritorialidade acreana.

Para exemplificarmos vamos, sucintamente, tratar apenas de dois produtos que mais incorporam esta fase vivida pelo agrário acreano: a cana-de-açúcar e a madeira. Nessa perspectiva, a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar em curso, no caso do Acre, pretende servir de paradigma de desenvolvimento para dinamizar as atividades agropecuárias no estado. Cabe ressaltar que essa expansão é viabilizada com forte apoio estatal. De forma similar com o que ocorreu na formação da fronteira agropecuária nos anos 70 do século XX, o governo estadual faz propaganda, promove isenção fiscal e fornece a infraestrutura básica necessária para atrair empresários de todo o Brasil a investirem no Acre, no início do século XXI.

De forma geral, como expressão disso, nos dados abaixo, podemos observar um cenário da territorialização do setor sucroalcooleiro na região nos últimos anos:

[...] Aumento na produção de cana na Amazônia de 17,6 milhões para 19,3 milhões entre 2007 e 2008. No Tocantins, a expansão será de 13% (de 4,5 mil para 5,1 mil hectares), seguido do Mato Grosso, com aumento de 10%, e do Amazonas, com 8% (de 4,8 mil para 5,2 mil hectares). No Pará, a área plantada deve ficar em torno de 10,5 mil hectares. Segundo pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), o Pará é visto como uma das principais áreas de expansão para produção de etanol (REDE, 2008, p. 21).

No Acre, baseado também nessa lógica expansiva e produtiva do “agronegócio verde” foi formada a Agroindústria Álcool Verde⁵. Tais investimentos surgem, tendo em vista que o governo do estado do Acre, aproveitando-se da conjuntura em que se encontravam os biocombustíveis no governo do presidente Lula com a retomada do etanol como combustível, adquiriu junto ao Banco do Brasil a área de 61,572 hectares, por R\$ 2,7 milhões. Esta base

⁵ No âmbito agropecuário e extrativista, ainda temos de considerar que há produção de outras mercadorias que marcam estas faces do agronegócio atual acreano, todos incentivados pelo Estado: a agroindústria de processamento de frango (ACREAVES), o Complexo Agroindustrial para produção de açúcar e álcool (Álcool Verde), a indústria de Tacos de Madeira, fábricas de farinha de mandioca, beneficiamento de castanha-do-Brasil, a Indústria de Camisinha e o Pólo Florestal de Xapuri.

física era o que restara do maquinário da antiga Usina Álcool Brasileiro S.A – ALCOBRÁS (projeto de décadas anteriores, que estava desativado), que os repassou para a iniciativa privada gerir, por meio de grupos tradicionais neste ramo da agroindústria, pelo prazo de vinte anos.

A reestruturação produtiva provocada pelo avanço do agronegócio da cana-de-açúcar pode ser constatada no local pela inserção cada vez maior de áreas de assentamentos rurais como o PA Alcobrás e PA Zaqueu Machado, para fins de arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar. Com isso, a condição de produtor de alimentos básicos perde lugar, com aparentes reflexos nas condições de vida das famílias locais. Isto, no conjunto com as mudanças do que se produz e das relações de trabalho, marca nova forma com que o capitalismo se territorializa na região (em especial no eixo de influência da Rodovia BR- 317), suprimindo o espaço da produção familiar, ou articulando a mão-de-obra e as terras ao contexto do capital.

A feição espacial do agronegócio florestal está voltada para o uso dos recursos florestais, sobretudo madeireiro. Então, sob a lógica do uso sustentável, as práticas em que se tem o manejo florestal marcam um processo que inicia na mata e finaliza no circuito de venda do produto, sob a certificação. Na verdade, há um forte apelo para o sentido ecológico da madeira manejada, muito embora sua exploração seja feita amparada em um cabedal jurídico⁶ que legitima, de forma verdadeira, a lapidação dos recursos florestais, inclusive em terras de seringais nas reservas extrativistas por meio do manejo comunitário.

Em suma, o agronegócio florestal tem surgido como mecanismo de resolução de um problema que está na raiz de uma zona de fronteira: aqui se tem oferecido novas possibilidades de exploração para o capital na sua apropriação da floresta, sem assumir a responsabilidade pelos impactos/danos causados. Eles ficam com as comunidades envolvidas no manejo ou com o próprio Estado, quando a área concedida é unidade de conservação (UC). Normalmente, os problemas, segundo as autoridades, podem ser resolvidos a partir de um aporte técnico, ecologicamente correto e economicamente viável – por isso, falamos de uma possível fronteira guiada pelo vetor técnico-ecológico.

Não se pode falar deste vetor técnico-ecológico como uma nova frente pioneira consolidada ou mesmo a consolidar. A nosso ver, trata ser uma fase de amadurecimento dos períodos anteriores, quando se implantou a base da produção capitalista desse espaço. Agora, as relações capitalistas norteadas pelo paradigma ecológico, promovem um rearranjo territorial, recriando espaço para o agronegócio, incorporando os setores produtivos rurais (agricultura, agropecuária e agroextrativismo) sob a lógica do “esverdeamento” da mercadoria, mesmo que à custa da segregação ainda maior da população rural, e nesse sentido, todas as territorialidades estão presentes e interligadas.

⁶ A Lei 11284/06 expressa de forma lapidar o modo com se processa a retomada do território pelo capital. Ao legislar sobre a extração da madeira, abre grande possibilidade de conflitos com as forças empresariais. Isso, dado que a participação da população tradicional da floresta é, em muitas vezes, restrita, sobretudo nos ganhos obtidos. Embora, ao que parece, estes ainda não tomaram consciência da magnitude do processo mais amplo que envolve a reprodução da sociedade em sua totalidade.

Portanto, mesmo no contexto das incipientes transformações que ocorreram na dinâmica da fronteira, as mudanças nas bases estruturais da distribuição da terra foram poucas. Assim, a concentração da terra foi e continua sendo uma das marcas da multitransterritorialidade acreana, como o restante do Brasil. Nessa questão em si e nos seus conflitos decorrentes, situam-se bases fundamentais da multitransterritorialidade acreana. Estas dinâmicas capitalistas produziram problemas, tais como: criação e manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, a degradação da floresta nativa, a violência contra os posseiros, a exploração da força de trabalho, o desemprego rural e urbano e a luta por moradia na cidade, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão da multitransterritorialidade acreana, ainda, poderia ser dada com ênfase em outros pontos pouco ou não mencionados até aqui como, por exemplo, a questão da legalização da propriedade fundiária e as formas de assentamentos rurais (agrícolas e extrativistas).

Contudo, optamos por abordar a partir da questão da fronteira, por entender que, desde o princípio de sua ocupação até os dias atuais, o Acre tem sido visto e produzido como local de novas possibilidades de articulação do capitalismo. Assim, o Acre surgiu enquanto território nacional como fronteira política; hoje, porém, ainda se coloca como zona limítrofe no campo das possibilidades de reprodução socioespacial do capital – isto é, vemo-lo ainda como uma fronteira econômica.

Como uma sociedade que se forma, a fronteira é lócus de conflitos, confrontos à luz do processo impostos na sua reprodução. Então, mesmo já tendo larga expressão urbana de sua população, as lógicas produtivas acreanas provêm de suas maiores potencialidades que se encontra, no ambiente agrário. Com isso, a questão da fronteira para o Acre, ainda se coloca como parte fundamental de sua multitransterritorialidade, sobretudo pela inserção territorial como espaço para a expansão do agronegócio verde. Isto, por exemplo, pode ser notado no tocante à exploração madeireira e à ampliação do rebanho bovino, atividades que nos últimos doze anos vêm crescendo fortemente.

A fronteira atual – multitransterritorial - reflete as contradições das forças que produziram suas fases/faces anteriores, seja com a frente extrativista inicial ou com a frente agropecuária, já pós 1970. Muitos processos sociais e econômicos atuais buscam resgatar bases constituídas nas lutas dos seringueiros, personificados na figura importante de seu principal líder Chico Mendes, colocando isso como justificativa para os avanços do capitalismo verde. Tudo isto vem conjugado a fluxos de inovações, fundadas em amplas informações técnico-científicas modernas na constituição ideológica de bases “ecologicamente corretas” de exploração de recursos naturais das florestas.

Isso, de modo geral, traz para debate um forte conteúdo ideológico sob a luz do “esverdeamento” da produção rural, na atualidade, se redimensiona o uso do espaço, muitas vezes, negando totalmente os ideais de lutas dos seringueiros, liderados por Chico Mendes. Mas

com isto, justifica-se uma base para a propagação do modelo de Desenvolvimento Sustentável do espaço amazônico, embora mantendo a mesma estrutura expropriatória dos grupos sociais e depredadora da natureza.

Na atualidade, isso faz com que o Acre (como outras partes da Amazônia) possa ser inserido no conjunto da reprodução capitalista nacional como área com potenciais naturais, ainda a ser explorada, isto é, como fronteira econômica apta a novas articulações do capital.

REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1947.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001. 178p.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Ano IX – Nº 17 – 2007.

_____. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

_____; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*. Vol. 12, No. 24 (2010).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1957.

KNAUSS, Paulo (Org.). *Oeste Americano: quatro ensaios dos Estados Unidos da America de Frederick Jackson Turner*. Niterói: EDUFF, 2004.

MARTINS, José de Sousa. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 185p.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

PAULA, Elder Andrade de. *(Des)envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

_____. Movimento sindical e luta pela terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. In: PAULA, Elder Andrade de, SILVA, Silvio Simione da. (org.) **Trajatória da luta camponesa na Amazônia – Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

REDE Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra. **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia**. 2008. Disponível em: < www.social.org.br >.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 114p.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana**. Rio Branco: LEUPAG-DEGEO/UFAC, 2003.

_____. O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX. **Revista NERA: Presidente Prudente**: 2004, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004. ISSN 1806-6755.

_____. Tempos de violência, espaços da resistência. In: PAULA, Elder Andrade de, SILVA, Silvio Simione da. (org.) **Trajatória da luta camponesa na Amazônia – Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

WAIBEL, Léo H. As zonas Pioneiras do Brasil. **RBG: revista brasileira de geografia**. IBGE: 1955, Ano 17, n. 04, out/dez.